



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010478-45.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação de Exigir Contas - Espécies de Contratos**
 Requerente: **Armando Diego da Cruz Santana**
 Requerido: **OMNI S/A - Credito, Financiamento e Investimento**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Armando Diego da Cruz Santana propôs a presente ação contra a ré OMNI S/A - Credito, Financiamento e Investimento, requerendo a condenação desta a prestar contas acerca da cédula de crédito bancário celebrada entre as partes em 26 de dezembro de 2013, para aquisição do veículo Renault Megane Scenic RXE 1.6, placas DFP-4685, o qual foi apreendido em 29/09/2014, por falta de pagamento do financiamento, sendo levado a leilão, sendo surpreendido com uma dívida residual de R\$ 16.023,93, tendo seu nome inscrito junto aos órgãos de proteção ao crédito.

A ré, em contestação de folhas 35/37, apresentou a nota fiscal de venda do veículo, o detalhamento das parcelas pagas e o extrato de dívida (vencidas e vincendas), reputando ter assim prestado as contas.

Réplica de folhas 86/91.

Relatei. Decido.

O feito prescinde de outras provas, pois bastam aquelas existentes nos autos para a formação da convicção do julgador. Assim, remanescendo apenas questões de direito, passo ao julgamento antecipado do mérito.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O autor requereu a condenação da ré na prestação de contas de forma mercantil, relativas ao contrato de CDC, de forma a esclarecer quais as taxas e juros praticados no contrato, e preste contas da arrematação do bem em leilão e do seguro proteção financeira cobrado no contrato que perfaz jus a financeira como beneficiadora e se existe uma dívida e qual foi o valor arrematado do bem, como também se houve amortização do contrato, quantos meses, total, parcial, se o autor é credor ou devedor, se a ré é credora ou devedora, que taxas de juros foi aplicada na correção em caso desfavorável ao autor (**confira folhas 10**). Requereu, ao final, a consignação em juízo dos valores eventualmente apurados pela perícia devidos à ré e/ou a repetição em dobro do que for demonstrado a crédito, com as devidas compensações e, em qualquer caso, a declaração judicial de quitação do contrato.

O réu, em contestação de folhas 35/37, trouxe aos autos a nota fiscal de venda do veículo, o detalhamento das parcelas pagas e o extrato da dívida (vencida e vincenda).

O autor pleiteou a apresentação de contas de forma mercantil, fundamentando sua pretensão no artigo 917 do Código de Processo Civil **revogado**.

O Novo Código de Processo Civil, em vigência desde **17 de março de 2016**, prevê em seu artigo 551, que as contas do réu serão apresentadas na forma adequada, especificando-se as receitas, a aplicação das despesas e os investimentos, se houver.

Daniel Amorim Assumpção Neves, *in* Novo Código de Processo Civil Comentado Artigo por Artigo, Salvador, Editora JusPodivm, 2016, pag. 977, leciona: *"Como se pode notar da leitura do art. 551 do Novo CPC, foi abandonada a exigência prevista no art. 917 do CPC/1973 de forma mercantil das contas apresentadas em juízo."*

O réu exibiu com a contestação a cédula de crédito bancário celebrada entre as partes, em cujo quadro IV - "Características da Cédula – CET – Pagamentos Autorizados", prevendo todos os dados relativos à avença, a taxa de juros mensal e anual, o


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

valor de cada parcela, o valor solicitado, a data de pagamento da primeira e da última parcela, bem como os pagamentos autorizados (**confira folhas 65**).

Também instruiu a contestação com o detalhamento das parcelas a vencer, contendo a dedução do valor de cada parcela, correspondendo às parcelas de nº 33 à 48, totalizando a quantia de R\$ 7.920,61 (**confira folhas 70**).

Também instruiu a contestação com o detalhamento das parcelas atrasadas, de nº 4 à 32, devidamente corrigidas, totalizando a quantia de R\$ 23.318,83 (**confira folhas 71**).

Por fim, instruiu a contestação com o detalhamento das parcelas pagas, totalizando a quantia de R\$ 7.989,39 (**confira folhas 72**). Nesse valor de parcelas pagas, já se encontra incluída a quantia de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), relativa à venda do veículo em leilão, que amortizou as parcelas de 4 a 8 e parte da parcela nº 9 (**confira folhas 72**).

Entretanto, reputo não prestadas as contas de forma adequada, tendo em vista que não restou claro a especificação dos juros contratuais e moratórios, e ainda como chegou ao valor de R\$ 16.023,93, que foi o montante do débito inscrito junto ao SCPC (**confira folhas 21**).

Cabe ressaltar que, nesta fase do processo, o que se discute é apenas o dever do réu prestar as contas para o autor, sem que seja necessário adentrar a questão de serem ou não suficientes para atender à pretensão inicial.

Por outro lado, a pretensão do autor com relação ao seguro proteção financeira cobrado no contrato não é matéria a ser discutida por meio da prestação de contas.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar o réu à prestação de contas relativas à cédula de crédito bancário celebrada com o autor, demonstrando os juros


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

e os encargos moratórios incidentes sobre o montante do débito, com o desconto relativo à venda do veículo em leilão, apresentando de maneira clara a evolução do débito e como chegou ao montante de R\$ 16.023,93, que foi objeto de inscrição junto ao SCPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de não lhe ser ilícito impugnar as que o autor apresentar. Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 04 de dezembro de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**